O ensino superior na era Moderna: processo de construção política e histórica do ensino superior na Guiné-Bissau

Arnaldo Sucuma¹

Resumo: Este trabalho consiste numa pesquisa desenvolvida na Guiné-Bissau, no período que vai de 2012 a 2015. O tema central desta contribuição consiste em refletir sobre: *O ensino superior na era Moderna: processo de construção político e histórico de ensino superior na Guiné-Bissau*, tendo como objetivo analisar os efeitos da educação superior nas relações políticas humanas e no desenvolvimento da Guiné-Bissau. Em termos metodológicos, trabalhou-se com autores que discutem a temática de educação como Furquin, Young, Amilcar Cabral, Paulo Freire, Aklilu Habte e Teshome Wagaw, através de levantamento bibliográfico e documental. Utilizou-se de método qualitativo e análise de conteúdo para analisar os dados obtidos na pesquisa. A ciência moderna trouxe um debate importante referente a importância do conhecimento científico por intermédio de suas diversas técnicas para promoção do desenvolvimento.

Palavras-chave: Ensino Superior; Estado; Guiné-Bissau.

Higher education on the Modern age: the process of political and historical construction of the higher education in Guinea-Bissau

Abstract: This article consists of a research carried out in Guinea-Bissau from 2012 to 2015. The central theme of this contribution is to reflect on: *Higher education in the Modern age: the process of political and historical construction of the higher education in Guinea-Bissau*, aiming to analyze the effects of higher education on human political relations and the development of Guinea-Bissau. In methodological terms, this article was done taking into consideration authors who discuss the theme of education such as Furquin, Young, Amilcar Cabral, Paulo Freire, Aklilu Habte and Teshome Wagaw, through a bibliographic and documentary survey. A qualitative method and content analysis were used to analyze the data obtained in the research. Modern science has brought an important debate regarding the importance of scientific knowledge through its various techniques for promoting development.

Keywords: Higher Education; State; Guiné-Bissau.

¹ Professor no Centro Universitário de Patos – UNIFIP e Centro Universitário de Vitória de Santo Antão – UNIVISA; Pesquisador Associado ao Instituto de Estudos da África – IEAf/UFPE. Contato: arnaldoarsu@gmail.com.

1. Introdução

O presente artigo apresenta uma breve análise acerca das principais correntes teóricas sobre as diferentes concepções do ensino superior. O tema central desta contribuição consiste em refletir sobre *O ensino superior na era Moderna: processo de construção político e histórico de ensino superior na Guiné-Bissau*, tendo como objetivo analisar os efeitos da educação superior nas relações políticas humanas e no desenvolvimento da Guiné-Bissau. Esta reflexão constitui parte de um estudo mais amplo desenvolvido entre 2012 e 2015 na Guiné-Bissau. Este trabalho permitiu compreender o processo histórico da construção de conhecimento acadêmico e técnico-científico ao longo da modernidade, bem como os seus impactos especialmente na África.

O estudo está organizado em três partes. A primeira parte oferece uma análise que contempla as contribuições dos clássicos e dos pós-colonialistas que debruçaram sobre ensino superior na era moderna. Na segunda parte do trabalho, desenvolveu-se debate sobre o papel do ensino superior no desenvolvimento social e cultural. Por fim, o estudo trouxe um breve diálogo referente ao ensino superior na África em geral, seguido de uma reflexão sobre ensino superior na África lusófona, e proporciona uma discussão sobre ensino superior na Guiné-Bissau.

2. A construção e institucionalização do ensino superior na era moderna

O ensino superior constitui uma invenção humana que preza pela construção de saberes científico, cultural e artístico em prol da sociedade humana. Na modernidade, o processo educativo é centrado na produção de conhecimento científico. Este processo constitui uma prática de transmissão de conhecimentos entre as diferentes gerações. Segundo Émile Durkheim (1978),

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine. (DURKHEIM, 1978, p. 41)

A modernidade trouxe muitas visões, hoje já clássicas, sobre educação, principalmente a concepção humana de educação e a concepção mercadológica baseada na produção de

conhecimento para o mercado. Nas duas concepções de educação, acredita-se que a concepção humana constitui uma vertente mais viável para construção de uma sociedade mais justa e igualitária dentro de uma perspectiva de acesso aos direitos sociais. É uma concepção que não só defende o desenvolvimento da sociedade tendo o homem no centro de tudo, como também preza por uma ação efetiva da educação difusa dentro da sociedade, propondo desenvolver trabalhos que beneficiam a sociedade e resgatando os valores humanos.

Enquanto que a concepção mercadológica busca basicamente atender os interesses do mercado em primeiro lugar, visando lucro, deixando questões humanitárias para o segundo plano. Apesar da concepção mercadológica presa pela demanda do mercado, hoje existem instituições de ensino superior que tentam aliar as necessidades de mercado com o acesso aos direitos sociais voltados ao bem-estar do homem. Mas esta visão é ainda muito insipiente.

Vale salientar que a forte presença da concepção mercadológica de ensino superior se deu a partir do século XX. No final do mesmo século, houve aumento significativo de proliferação de faculdades e universidades privadas nos países em vias do desenvolvimento. Desde sempre, a educação foi um instrumento das elites (Igreja e Nobreza) para controlar a população. Este fato demonstra que a educação não se inicia como uma proposta de generosidade, mas sim como um meio de controle social da população.

Luís Cunha (1999), ao refletir a relação entre o público e privado, na realidade brasileira, afirma que “a fronteira entre o espaço público e o espaço privado no campo do ensino superior tem mudado significativamente ao longo da história” (CUNHA, 1999, p. 39). De fato, a coexistência simultânea de dois sistemas de ensino diferentes, com ideologias opostas, tem sido difícil e envolve muita rivalidade e contradições.

Como se sabe, a vida do homem em sociedade não é totalmente harmoniosa, é repleta de conflitos, infelizmente faz parte da trajetória humana. De acordo com Elias (1994, p. 20), “[...] a vida social dos seres humanos é repleta de contradições, tensões e explosões”.

O conceito de ensino superior é repleto de complexidades, tanto na concepção mercadológica como na concepção humanística. Hoje, se percebe que a educação de mercado está ganhando mais espaço, dado a sua proliferação em sociedade. A sociedade moderna teve o privilégio de poder consolidar o processo da institucionalização do ensino superior. Esta consolidação gerou um intenso desenvolvimento científico e tecnológico, que começou a partir do século XVIII, indo até o século XX.

No processo da sua institucionalização, o ensino superior passou por várias fases, tendo início desde a Idade Média até os tempos modernos. Esse processo pode ser dividido, em linhas gerais, em quatro períodos, de acordo a divisão feita por Trindade (1999):

O primeiro, do século XII até o Renascimento, é o período da invenção da Universidade em plena idade média. Neste período se constitui o modelo de universidade tradicional (...). O segundo começa no século XV, época em que universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico (...). A partir do século XVII, marcado por descobertas científicas em vários campos do saber e do iluminismo do século XVIII, com a valorização da razão, do espírito crítico, da liberdade e tolerância religiosas e o início da revolução industrial inglesa, a universidade começa a institucionalizar a ciência numa transição para os modelos que se desenvolverão no século XIX. O quarto período, que institui a universidade moderna, começa no século XIX e se desdobra até os nossos dias, introduzindo uma nova relação entre Estado e universidade, permitindo que se configurem os principais padrões variantes das universidades atuais. (TRINDADE, 1999, p. 11)

Portanto, essa universidade, que passou por todo este processo, teve a sua construção dentro da sociedade, ou seja, a construção do ensino superior se dá graças à existência da sociedade. Pode-se dizer que ela nasce para atender as necessidades de uma parte minoritária da sociedade, posto que a universidade foi instituída para atender as demandas da elite do poder. Ao longo dos tempos, esta situação vem sendo revertida paulatinamente em vários países, no final do século XX e início do século XXI, onde a massa popular passou a ter acesso às universidades, como é o caso do Brasil, Guiné-Bissau e outros, promovendo assim a inclusão social. Por isso, se afirma que a universidade é uma instituição social, que deve valorizar e trabalhar dentro de uma perspectiva humanística. Segundo Hélio Trindade (1999),

A universidade, como instituição social, haveria de se transformar abandonando, mesmo nas que se alinham na contra-reforma, seu padrão tradicional teológico-jurídico-filosófico. A universidade renascentista se abre ao humanismo e às ciências, realizando a transição para os diferentes padrões da universidade moderna do século XIX. (TRINDADE, 1999, p. 15)

Esta transformação da universidade, passando da fase tradicional para moderna, teve uma forte intervenção dos Estados nacionais, no sentido de construir uma relação forte com a universidade e fazer com ela se foque mais numa perspectiva social, política, humanística e científica. Por isso, faz sentido que o Estado zele pela preservação da educação, posto que ela tem capacidade de provocar série de mudanças e transformações dentro da sociedade. Este fato demonstra uma forte relação que começou a ser construída entre o estado e o ensino superior na era moderna.

Admite-se que a educação possui uma função essencialmente social, que o Estado não pode desinteressar-se dela (DURKHEIM, 1978, p. 48). Neste sentido, pode se dizer que a intervenção do Estado no processo de amadurecimento e transformação da universidade considerada moderna foi extremamente importante, na medida em que permitiu uma autonomia das universidades no processo de construção de conhecimento no campo social, político e científico, que é diferente da época das universidades tradicionais. Como afirma Hélio Trindade (1999),

O contexto societário que engendra a universidade moderna se faz sob forte impulso do desenvolvimento das ciências, do iluminismo e do enciclopedismo que, no plano político e social, encontrará seu leito nos efeitos radicais da Revolução de 1789, dentro e fora da França. (TRINDADE, 1999, p. 15)

Portanto, podemos definir o ensino superior como um processo avançado de reflexão e construção de saberes e conhecimentos científicos que possam ser úteis para o desenvolvimento da sociedade humana. Constitui também um lugar de debate de ideias acadêmico-científicas.

No sentido mais lato, a educação pode contribuir dentro de um processo de atuação de uma comunidade sobre o desenvolvimento do indivíduo a fim de que ele possa atuar em uma sociedade pronta para a busca da aceitação dos objetivos coletivos. Nesta ordem de ideias é necessário considerar o homem no âmbito físico, intelectual e da realidade onde vive consciente das possibilidades e limitações, capaz de compreender e refletir sobre a realidade do mundo que o cerca. É necessário, ainda, considerar seu papel de transformação social, de agir sobre uma sociedade que seja capaz de superar, nos dias atuais, uma visão perversa da economia e da política, buscando solidariedade entre as pessoas, respeitando as diferenças individuais de cada um.

O desenvolvimento pode ser compreendido como um processo complexo de construção coletiva e de avanço substancial em diferentes esferas da vida do homem em sociedade, que pode se expressar na economia, na cultura no sentido mais abrangente, no bem-estar social e outros. A principal função do ensino superior é fazer a ciência através de invenções e inovações no campo social, tecnológico, econômico e outros. A sociedade moderna é conhecida como sociedade de conhecimento por causa de grandes transformações científicas e tecnológicas que aconteceram ao longo dos tempos modernos, tais como a revolução industrial, a invenção da energia elétrica, dos automóveis, computadores, etc.

Acontece que a partir da segunda metade do século XX, principalmente nos finais deste século, foi intensificado o processo de privatização das instituições do ensino superior e a supervalorização e proliferação de instituições de ensino superior em vários países do mundo, desde países centrais até aos países considerados periféricos.

Esta lógica visa preparar os profissionais para atender as demandas do mercado. Logo, isso implica numa lógica mercadológica, onde deve haver pagamento generalizado de tudo custo para formação do indivíduo e de manter o funcionamento da instituição, sem grandes intervenções do Estado. É uma lógica fortemente apoiada e protagonizada pelo Banco Mundial (BM), que acredita que o ensino superior deve funcionar com base nas privatizações dos serviços universitários, mediante sistema de pagamento generalizado. De acordo com Sobrinho (1999),

O Banco Mundial recomenda às autoridades dos países designados como de Terceiro Mundo que, em termos gerais, a educação básica seja gratuita, com custos divididos entre diversos poderes, podendo mesmo haver subsídios a crianças carentes. Na educação secundária se aplicaria uma cobrança seletiva, cabendo bolsas aos estudantes sem recursos. Para educação superior, a recomendação é de haja uma cobrança generalizada, com mecanismo de apoio (bolsas, empréstimos e exonerações físicas) para estudantes necessitados. (SOBRINHO, 1999, p. 63)

Este cenário abriu uma intensa possibilidade de fortalecimento da concepção de um ensino superior mercadológico, ou seja, formar pessoas de acordo com as exigências do mercado ou do patronato. Formar pessoas para atender as demandas do mercado é extremamente importante. Entretanto, no seio deste processo, os estados nacionais precisam demonstrar um engajamento efetivo, com investimento financeiro necessário, oferecendo bolsas de estudo a fim de beneficiar a uma parcela da sociedade que não tem condições financeiras para ter acesso ao ensino superior público. Nesta perspectiva, o estado pode também financiar bolsas de estudo nas instituições de ensino superior privadas, uma vez podem representar um espaço de construção de conhecimentos, que podem atender às demandas da sociedade no que se refere ao acesso ao ensino superior. Esta lógica vai no sentido contrário da concepção humanista de educação superior, e gera grande embate social e acadêmico-científico.

Nos países do terceiro mundo, a aplicação desta lógica mercadológica, conforme exigências do Banco Mundial, são ainda mais complicadas, posto que os estados nacionais não conseguiram garantir as condições mínimas e básicas de acesso a bens e serviços públicos

de qualidade, como é o caso da saúde, combate à desigualdade social, água potável, saneamento básico, uma educação republicana para maioria da população.

Enfrentar essas questões é extremamente importante por parte dos estados nacionais, tendo em conta que são problemas que obstaculizam o desenvolvimento de qualquer país. Segundo Brayner (2008),

Retomar, (...) o sentido “republicano” da escola voltada para as classes mais fragilizadas da sociedade é poder lhes oferecer a possibilidade de se tornarem visíveis através de sua palavra e de sua ação, implicada naquilo que chamou, no início, de ressarcimento da dívida política. (BRAYNER, 2008, p. 230)

Portanto, retomando o argumento da abertura desse artigo, é óbvio que as duas concepções de educação surgiram no âmbito de um processo evolutivo do ensino superior ao longo de sua história, visto que a educação não é imutável e nem possui fórmula pronta para todos os tempos. Mas também não podemos esquecer que a ensino superior é uma instituição social. Razão pela qual deve atender às necessidades ou demandas da sociedade em geral, sobretudo da camada mais vulnerável, que sempre constitui a maioria do corpo social dos países do terceiro mundo. O sistema de lógica mercadológica atinge fortemente esta camada mais vulnerável da sociedade, ampliando ainda mais as desigualdades sociais. Daí a necessidade da participação dos estados nacionais de forma a garantir o acesso qualificado da classe mais vulnerável da sociedade ao ensino superior.

Apesar do embate que envolve as duas concepções de ensino superior, podemos acreditar ainda que o ensino superior continue tendo uma função importante no processo do desenvolvimento da sociedade.

3. O ensino superior e cultura no processo do desenvolvimento da sociedade

O ensino superior constitui um instrumento de poder que pode desempenhar um papel fundamental no processo do desenvolvimento social e cultural. A educação tem capacidade de fazer a ponte entre diferentes concepções de ver o mundo e da convivência cultural humana. Segundo Forquin (1993, p. 10),

Existe, entre educação e cultura, uma relação íntima, orgânica. Quer se tome a palavra “educação no sentido amplo”, de forma e socialização do indivíduo, quer se a restrinja unicamente ao domínio escolar, é necessário reconhecer que, se toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a

aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação. (FORQUIN, 1993, p. 10)

Neste sentido, fica claro o poder de comunicação que a educação tem no interior da sociedade. Por isso, ela consegue moldar o comportamento humano e consegue transmitir qualidades e competências. De acordo com Forquin (1993, p. 11), “a educação implica um esforço voluntário com vistas a conferir aos indivíduos [...] a qualidade, competências, disposições, que se têm por relativamente ou intrinsecamente desejáveis[...]”. Essa visão de Forquin (1993) sobre educação demonstra que a educação é um espaço necessário para agregar conhecimentos e estabelecer espaço de diálogo em diferentes esferas da sociedade.

A educação constitui um instrumento fundamental no processo de aquisição e desenvolvimento do conhecimento intelectual do homem moderno. Ela consegue também controlar, classificar e disciplinar os conhecimentos dentro de um processo educacional.

Como diz Foucault, as escolas, hospitais e asilos são considerados como instituições de vigilância e de controle, que de fato disciplinavam os alunos e normatizavam os conhecimentos no campo das disciplinas escolares (FOUCAULT, 1995 apud YOUNG, 2007, p. 1290). Neste sentido, a educação pode ser considerada como um instrumento de dominação por parte dos que têm acesso ao nível superior de escolaridade sobre os que não têm. Os que têm acesso à escolaridade gozam de um status social privilegiado em relação aos outros. A educação tem, assim, duas perspectivas que são de emancipação e de dominação. As classes dominantes e subordinadas têm tentado usar as escolas para atingir seus objetivos (YOUNG, 2007, P. 1292). Portanto, a educação constitui-se também enquanto um espaço da disputa entre as classes sociais que buscam o protagonismo na escola. A educação tem todo este privilégio, porque ela dá conhecimento, dá saber, que se transformam em poder para as pessoas.

Michael Young, num trabalho intitulado *Para que servem as Escolas*, tentou definir o que significa conhecimento dos poderosos e conhecimento poderoso. Para ele, o conhecimento dos poderosos é detido por quem detém o conhecimento. Historicamente, e mesmo hoje na contemporaneidade, quando se pensa na distribuição do acesso à universidade, aquelas pessoas com maior poder na sociedade são os que têm acesso a certo tipo de conhecimento. Enquanto que o conhecimento poderoso dentro da sociedade moderna constitui aquele

conhecimento especializado. E, os professores são exigidos pelas escolas a ter este conhecimento poderoso que deve ser repassado para os alunos (YOUNG, 2007, p. 1294).

Portanto, a educação superior é uma instituição moderna autorizada para transmitir o conhecimento especializado que deve ser aplicado para o desenvolvimento da sociedade em todas as esferas, desde melhores condições de vida humana, passando pelo crescimento econômico. Deve ser um desenvolvimento que se sustenta.

Vale salientar que o desenvolvimento da indústria e o crescimento dos padrões de consumo têm levado o homem a refletir sobre a vida que leva em sociedade. Ou seja, pensar sobre os efeitos do processo de crescimento econômico no padrão de vida da sociedade.

O final dos anos de 1990 foi marcado por uma série de debates sobre o chamado desenvolvimento sustentável. Esse conceito abrange a preocupação da sociedade com a oferta futura de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência da humanidade e a responsabilidade de uma geração com a que irá sucedê-la. Então os países passaram a preocupar-se com os impactos do processo de crescimento na qualidade de vida.

O desenvolvimento, em qualquer que seja concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, garantindo o bem-estar econômico e social, permitindo assim a redução da pobreza, desemprego, desigualdade, melhores condições de saúde, de alimentação, educação e moradia. O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo, que envolve mudanças e transformações de ordem econômica, política, e, sobretudo, humana e social.

Hoje devemos pensar um desenvolvimento que se sustenta, focado no desenvolvimento econômico e social satisfazendo os interesses da geração presente, sem prejudicar a geração futura. Tudo isso passa necessariamente pela preservação do meio ambiente e de ecossistemas. A participação do Estado no processo do desenvolvimento é extremamente importante como promotor e regulador de comportamento de atores dentro da sociedade. Neste sentido, o papel da universidade é importante no sentido assessorar o Estado e desenvolver pesquisas que contribuam para o projeto do desenvolvimento econômico e social. Segundo Silke Weber (2009):

A universidade (...) tornou-se de um projeto de desenvolvimento econômico e social mediante o cumprimento de sua função social por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. É, assim, apresentada como instituição que se encontra articulada à construção de um projeto de país soberano e com menor desigualdade social. A ela é atribuída a tarefa de promover de forma concomitante a produção de conhecimento, tecnologias, cultura e arte; a disseminação e transferência do conhecimento e tecnologias;

desenvolvimento educacional, social e ambiental sustentável. (WEBER, 2009, p. 131-132)

Como se sabe, a universidade é parte da sociedade e tem uma função importante no processo do desenvolvimento. Como diz Marilena Chauí (2002, p. 35), “a universidade não é uma realidade separada, e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade”. Por isso, as sociedades contemporâneas precisam explorar melhor a contribuição que as universidades podem dar em prol do bem-estar da sociedade humana e contribuir para o combate à *exclusão social* através estudos que são desenvolvidos nas instituições de ensino superior.

A exclusão social está ligada à privação de acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. Este tipo de exclusão se expressa na população de baixa renda que não tem acesso à educação de qualidade, saúde, luz, emprego formal, habitação, segurança pública etc. O fato é que essa parcela de população foi privada de ter acesso aos direitos sociais conquistados historicamente. Digamos que este grupo social encontra-se a margem de uma cidadania política ativa.

Neste sentido, as instituições do ensino superior precisam intensificar o desenvolvimento de pesquisas que gerem resultados que possam ser transformados em políticas públicas universalistas por parte do estado, permitindo assim a implementação de uma política de inclusão social. A inclusão social é entendida como uma categoria política que permita a participação ativa da população nas políticas sociais públicas viabilizadas pelo poder estatal, que garantam ao povo um acesso amplo aos bens e serviços básicos. Vale lembrar também que a sociedade não é um coletivo unívoco em única maneira de pensar e interpretar os fatos que acontecem na sociedade. Há muitos setores da sociedade que não querem a mudança, que se beneficiam do “status quo”.

Essas questões fazem com que a sociedade sinta uma grande ausência tanto do estado como das universidades. Isso faz com que a sociedade contemporânea procure a universidade no sentido cobrar o cumprimento de sua função social. De acordo com Brazão Mazula (2007),

Passou o tempo em que as universidades e as academias chamavam para si a sociedade para admirar os seus feitos, as suas pesquisas de ponta sem impacto social, ouvir os discursos eloqüentes dos seus mestres e catedráticos concentrados nos seus gabinetes e laboratórios. Hoje, mesmo que a universidade não queira, a sociedade chama as instituições de ensino superior para junto de si. (MAZULA, 2007, p. 39)

De certa forma, é uma chamada de atenção que a sociedade contemporânea faz às instituições do ensino superior em relação aos problemas concretos (segurança pública, miséria, saúde e outros) que acontecem na sociedade, que muitas vezes é pouco estudada pelas academias. Esta visão demonstra que a sociedade contemporânea está ficando cada vez mais crítica e vigilante em relação à efetivação da função social da educação superior, que é extremamente útil para o desenvolvimento humano.

Isso mostra que a sociedade necessita bastante dos trabalhos desenvolvidos pelas instituições de ensino superior. Assim como estas instituições necessitam também da sociedade para desenvolver os seus estudos científicos. Portanto, existe uma ligação intrínseca entre a educação superior e a sociedade. É uma relação recíproca entre as duas instituições.

Como sendo uma criação humana, o ensino superior deve zelar de forma comprometida pela busca de soluções dos problemas que a sociedade contemporânea enfrenta. Um grande dilema que os países do terceiro mundo enfrentam é a incapacidade de articular em diferentes níveis do desenvolvimento econômico e social. De intensificar as políticas de distribuição e redistribuição de renda, que são muito precárias. Buscar a descentralização de poderes. Muitas vezes o desenvolvimento econômico desses países não acompanha *pari passu* o desenvolvimento social.

Essas disparidades acabam gerando aumento de desigualdades sociais, violência urbana e rural, desigualdades regionais em alguns casos ou abandono da política do desenvolvimento das regiões, comprometendo assim o desenvolvimento de pequenas e grandes cidades que fazem um todo do desenvolvimento de um país. A educação constitui um espaço adequado para pensar problemas deste gênero, tendo em conta que ela tem capacidade de oferecer alternativas para atender adequadamente este tipo de questões ligadas ao desenvolvimento.

Mas também este espaço educacional onde se faz a ciência é um lugar que gera constantes disputas de classes e categorias profissionais. Segundo Bourdieu (1994),

O campo científico é, de fato, um campo de lutas como outro qualquer, mas onde as disposições críticas suscitadas pela concorrência não têm nenhuma chance de serem satisfeitas, a não ser que possam mobilizar os recursos científicos acumulados; Quando mais avançada estiver uma ciência, dotada, portanto de uma aquisição coletiva importante, mais participação na luta científica supõe a posse de um capital científico importante. Segue-se então que as revoluções científicas não são negócio para os mais carentes, mas para os mais ricos cientificamente. (BOURDIEU, 1994, p. 24)

Neste sentido, a educação, enquanto espaço de construção científica, é por excelência um lugar de produção de conhecimento científico. Este conhecimento confere aos indivíduos um poder e status dentro da sociedade moderna do conhecimento. Este poder que a escola confere, em determinados momentos, pode provocar um comportamento de violência no seio dos que não possuem este conhecimento. Para Bourdieu (1994),

O conhecimento exerce, por si mesmo, um efeito – que me parece libertador, todas as vezes que os mecanismos de que ele estabelece as leis de funcionamento devem uma parte de sua eficácia ao desconhecimento, ou seja, todas as vezes que ele toca nos fundamentos da violência simbólica. Esta forma particular de violência só pode de fato exercer-se sobre sujeitos de conhecimento, mas cujos atos de conhecimento, uma vez que são parciais e mistificados, encerram o reconhecimento tácito da dominação implicada no desconhecimento dos fundamentos verdadeiros da dominação. (BOURDIEU, 1994, p. 20)

Vale dizer que a educação não é o único lugar de produção de conhecimento. É só mais um lugar que tem mais prestígio entre vários. Este prestígio que a educação tem se apresenta mediante discursos produzidos nas escolas, dentro de um campo conceitual e científico. Portanto, o discurso constitui um poder usado pela educação. De acordo com Foucault (1999):

A educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (FOUCAULT, 1999, p. 17)

A educação superior deve empenhar-se mais em desenvolver pesquisas que tenham um impacto social e que possam ser usadas para o enfrentamento das desigualdades sociais, um problema que cresce a cada dia, sobretudo nos países periféricos e subdesenvolvidos. Vale salientar que o ensino superior ainda não adquiriu um caráter universalista, público e de qualidade nos países de “terceiro mundo”. O ideal seria que esta educação pudesse adquirir as características supracitadas e conseguir se apresentar como um ensino que se propõe a resolver os problemas das desigualdades sociais, através do conhecimento científico.

4. A análise da evolução do ensino superior na Guiné-Bissau

Em primeiro lugar, antes de entrar na evolução do ensino superior guineense, gostaríamos de contextualizar brevemente o ensino superior na África, especificamente na África lusófona, Países da Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Historicamente, a África começou o processo de construção de suas instituições de ensino desde idade média, conforme consta nas literaturas africanas. Segundo Aklilu Habte e Teshome Wagaw em colaboração com J. F. Ade Ajayi, (1935):

As instituições de ensino superior formam o centro nervoso do processo de modernização na África. Elas igualmente representam a maior expressão na busca contínua pela renovação e pelo progresso, em respeito aos conhecimentos, as crenças e ao florescimento pessoal. Entre outras atribuições, estes estabelecimentos selecionam, formam e preparam, em favor do seu melhor desempenho, alguns dos mais aptos espíritos, destinados a ocuparem os altos escalões na administração pública, no mundo dos negócios e junto aos profissionais liberais. Indubitavelmente, o número de indivíduos assim formados e diplomados e, em termos proporcionais, muito reduzidos, entretanto, o seu poder e a sua influência na sociedade são consideráveis. Portanto, não causa espécie que estes centros de ensino superior inspirem sentimentos entremeados de esperança, admiração, respeito, temor e desconfiança, junto a todos, jovens e idosos, e, particularmente, entre os homens políticos. O ensino superior não é fato inédito no continente africano. Presente no século XVI, a Universidade Sankore, estabelecida em Tombouctou, apresentava-se na qualidade de centro florescente de erudição e estudos, nos domínios do direito, da filosofia e da teologia. Outra instituição de comparável importância, a Universidade AL- Azhar, no Cairo, existe há mais de mil anos. Reputada originalmente pelo estudo da religião e do direito islâmico, ela continua a funcionar nos dias atuais, modernizando-se e estendendo o seu campo de ação a outras disciplinas. Na Etiópia, a erudição igualmente era cultivada e apoiada. Existiam centros de ensino superior espalhados pelas montanhas do interior, onde especialistas em direito canônico e alguns funcionários de alto escalão do Estado eram formados. (HABTE; WAGAW; AJAYI, 1935, p. 834)

Portanto, o processo de construção das instituições de ensino superior na África demonstra a permanente contribuição do continente na construção da ciência e da tecnologia na sociedade humana desde séculos passados até a modernidade contemporânea, através de excelentes trabalhos desenvolvidos pelos cientistas africanos. Conforme consta nos escritos de Ali A. Mazrui e J. F. Ade Ajayi em colaboração com A. Adu Boahen e Tshishiku Tshibangu (1935),

Propomo-nos a mostrar que, parcial e conseqüentemente, em razão do colonialismo, a contribuição dos cientistas africanos ao conjunto do conhecimento humano tem sido relativamente modesta, desde 1935. Entretanto, igualmente esperamos demonstrar que a ciência, desde sempre, teve demasiada importância, a ponto de não ser cabível medi-la somente em

função das atividades dos cientistas. Se a história não é feita pelos historiadores, mas pela sociedade, do mesmo modo, a elaboração científica não se deve unicamente aos cientistas, mas ao conjunto da coletividade. Desejamos evidenciar os motivos pelos quais a sociedade africana tornou-se um dos pilares da ciência e da tecnologia ocidentais, precisamente em virtude de ter sido colonizada. Embora o colonialismo tenha dificultado o desenvolvimento da ciência e da tecnologia na África, esta mesma condição colonial atuou como elo de transmissão para a contribuição material africana no âmbito científico e tecnológico, em escala Ocidental. (MAZRUI; AJAYI; BOAHEN; TSHIBANGU, 1935, p. 761-762)

Este processo de colonização que o ocidente exerceu no continente africano serviu de elo de transmissão de conhecimento técnico-científico em benefício do desenvolvimento do ocidente, e provocou um efeito hostil referente ao avanço da ciência na África. Parafrazeando Ali A. Mazrui e J. F. Ade Ajayi em colaboração com A. Adu Boahen e Tshishiku Tshibangu (1935, p. 769) “o atraso científico e técnico da África atual é o resultado do impacto exercido pelo Ocidente sobre o Continente, sobretudo a partir da colonização”.

A partir da entrada da modernidade, o continente africano começou a institucionalizar em termos de ampliação de suas instituições de ensino superior progressivamente em alguns países que se encontravam sob a colonização dos ingleses e franceses, tais como a Universidade de Serra Leoa e a Escola Superior no Senegal.

De acordo com Augel (2009, p. 137): “Na África, a Universidade de Serra Leoa nasceu nos finais do século XVIII; a de Uganda e a primeira escola normal superior e federal no Senegal foram fundadas no início do século do século XIX”. Este cenário demonstrava o desafio que os países africanos teriam pela frente em criar instituições de ensino superior. Por isso, o *processo de proliferação da institucionalização do ensino superior* só veio a começar concretamente na segunda metade do século XX.

Nos Países da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a institucionalização do ensino superior começou na década de 1960 até aos dias atuais. Em Angola, Portugal inaugurou o ensino superior em 1962, e a primeira universidade pública em 1968, na cidade de Luanda, cuja designação inicial era Universidade de Luanda. Tempos depois, mudou para Universidade de Angola e, por fim, Universidade Agostinho Neto. Posteriormente, a Igreja Católica criou também uma universidade em 1999.

Em Moçambique, a primeira universidade foi criada por Portugal em 1962. Esta foi designada como Estudos Gerais Universitários de Moçambique, e posteriormente veio a ser chamada de Universidade Eduardo Mondlane, em 1976. Na República de Cabo Verde, a

primeira universidade foi criada depois da independência política, concretamente em 1995 com a designação de Universidade de Cabo Verde. Em São Tomé e Príncipe, a primeira instituição de ensino superior foi criada em 1998, o Instituto Superior Politécnico. Podemos observar, assim, o atraso com que o ensino superior chegou nas antigas colônias portuguesas.

Na Guiné-Bissau, a construção do ensino superior universitário passou por várias etapas até a sua institucionalização em 1999, e só começou a funcionar em 2003, com designação de Universidade Amilcar Cabral.

Portanto, a segunda metade do século XX, marcado pelas independências políticas, foi o período em que se deu a criação das universidades modernas na África, tanto na África lusófona, assim como nos países da língua oficial francesa. Com relação à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), uma organização sub-regional na África Ocidental na qual a Guiné-Bissau faz parte, na República do governo autónomo do Senegal, sob Federação do Mali, supervisionada pela França, já tinha sido instituída uma universidade intitulada Cheikh Anta Diop de Dakar (UCAD). Essa instituição, que anteriormente era chamada de Universidade de Dakar, foi criada no dia 24 de fevereiro de 1957, foi inaugurada oficialmente no dia 09 de dezembro de 1959. Isso aconteceu antes do Senegal obter a sua independência. Após independência foi criada a Universidade Gaston Berger de Saint-Louis, fundada em 1990. A sua criação responde a uma necessidade para unir um conjunto de expectativas e exigências de um sistema universitário eficaz e eficiente, tendo em conta as novas tecnologias e pedagogias que ensina.

Em relação à evolução histórica da educação na Guiné-Bissau, desde a década de 1960 até o início de 1970, o Partido Africano pela Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tentou investir na formação inicial de crianças com 10 anos de idade e adultos. Entre 1963 a 1973, o PAIGC conseguiu formar mais quadros do que o colonialismo em cinco séculos, conforme cita Paulo Freire (1978):

Em 10 anos o PAIGC formou muito mais quadros que o colonialismo em 5 séculos (“Em 10 anos, de 1963 a 1973, foram formados os seguintes quadros do PAIGC: 36 com o curso superior, 46 com o curso técnico médio, 241 com cursos profissionais e de especialização e 174 quadros políticos e sindicais. Em contrapartida, desde 1471 até 1961, apenas se formaram 14 guineenses com curso superior e 11 ao nível do ensino técnico”). Luiza Teotónio Pereira e Luís Motta – *Guiné Bissau – 3 anos de independência*. Edição CIDAC-C, Coleção África em Luta, Lisboa, 1976, págs. 106-107 (FREIRE, 1978, p. 22-23).

Na Guiné-Bissau, o ensino construído pós-independência está organizado da seguinte maneira, conforme cita o então Comissário de Educação da Guiné – Senhor Mário Cabral:

O nosso ensino, diz Mário Cabral, será dividido em três níveis: Ensino Básico, de seis anos, com dois ciclos: um de quatro, o outro de dois anos. Ensino Polivalente, de três anos. Ensino Médio Politécnico, que, variando de acordo com as próprias exigências da formação média, terá uma duração nunca inferior a dois ou três anos (FREIRE, 1978, p. 45).

Portanto, após independência, o país se esforçava para construir um ensino de básico e secundário de qualidade, apesar de todas as dificuldades econômicas e de recursos humanos que havia naquele momento. A partir da segunda metade dos anos 1980, o ensino guineense começou a se degradar aos poucos em termos de qualidade e de acesso. Esta degradação tem relação com fraco investimento no setor educativo, bem como ausência de qualificação permanente dos professores.

A partir dos finais dos anos 1990 até 2002, houve um razoável avanço de acesso à educação por parte da população em relação ao período anterior à independência até década de 1970. Segundo dados apresentados no plano nacional de ação Educação Para Todos – EPT (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU, 2003),

A evolução do sistema apresenta evoluções importantes de 1997/98 a 1999/2000 relativo aos principais indicadores com a taxa bruta de escolarização do Ensino Básico (EB, 6 anos de escolaridade) que passou de 57,8% para 69,4%. As estimativas baseadas nos dados preliminares das escolas públicas apontam para uma taxa bruta de escolarização de 75% no EB em 2001-2002 que em parte se deve às medidas de gratuidade escolar, à distribuição gratuita de alimentos às raparigas e da implementação de cantinas escolares (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU, 2003, p. 7).

Entretanto, existem ainda muitos esforços a serem realizados, sobretudo no que se refere à qualidade de educação no ensino como um todo. Fato que exigido uma política pública estruturada, com planejamento de curto, médio e longo prazo, acompanhado de um forte investimento financeiro e nos recursos humanos mais qualificados, com conhecimentos técnico-científicos consolidados. Segundo os dados do Banco Mundial (2009):

No setor de educação, apesar dos consideráveis progressos na cobertura escolar nos últimos anos, o país está longe de alcançar a meta do ensino primário universal. Seis em cada dez crianças que entram na primeira classe não conseguem concluir o ensino básico. Muitos dos que terminam o ensino

básico continuam analfabetos devido à fraca qualidade do ensino que recebem. A disparidade de gênero tem diminuído gradualmente, mas ainda existem disparidades entre grupos sócio-econômicos. (BANCO MUNDIAL, 2009, p. 30)

Para que haja uma boa qualidade educacional, no âmbito de ensino superior da Guiné-Bissau, são necessários fortes investimentos, tanto no ensino básico e secundário, bem como no sistema do ensino superior. Assim será possível elevar os níveis de conhecimento técnico e científico, que irão ajudar na racionalização do desenvolvimento do país, que poderá ser visível em longo prazo, com consequências benéficas que poderão ajudar a melhorar os indicadores sociais.

A construção e evolução do ensino superior na Guiné-Bissau começaram de uma forma paulatina e em fases, através das escolas de formação profissional. A primeira instituição de formação profissional que o país herdou após sua independência política foi a Escola Técnica vocacionada na área de formação industrial e outros.

De acordo com o estudo de viabilidade da Universidade Amilcar Cabral – Volume Introdução (2000, p. 4):

O único estabelecimento de formação profissional que país herdou depois da independência foi a Escola Técnica que passou a ser a Escola Vitorino Costa, Escola fundada nos meados dos anos 60, funcionou até 1979. A Escola Técnica formava principalmente nos domínios da indústria (serralharia, mecânica, eletricidade, etc.) do comércio (contabilidade e administração) e da agricultura (regentes agrícolas).

Para atender às demandas do país no domínio da ampliação das oportunidades de formação para os cidadãos guineenses, os governos pós-independência começaram a diligenciar possibilidades de criar várias instituições de ensino superior e técnico. Constitui uma nova oportunidade que os cidadãos guineenses começaram a usufruir, não mais uma oportunidade ou privilegio para poucas pessoas como na época da colonização portuguesa.

Nos finais dos anos 70, o governo começou a empreender várias iniciativas que visaram dotar o país das instituições de nível politécnico, superior e de pesquisa. A Escola Superior de Direito (ESD), criada em 1979 pelo Ministério da Justiça, no âmbito de uma parceria entre Guiné-Bissau e Portugal, foi posteriormente transformada em Faculdade de Direito de Bissau (FDB) em 1990. A primeira promoção de 11 licenciados aconteceu no ano letivo de 1993/94. As fontes de financiamento da Faculdade eram provenientes do Orçamento Geral do Estado Guineense e da Cooperação Portuguesa. A Escola Nacional de Educação

Física e Desportos (ENEFD) foi criada pelo Ministério da Educação em 1979 em parceria com a Cooperação Cubana. Na área de formação profissional e técnico-profissional, foi criada a INAFOR (antigo Instituto Técnico de Formação Profissional) que possuía quatro (04) centros de formação, sendo esses: CENFA (para a Formação administrativa); CENFI (Formação industrial); CEFAG (Formação agrícola); CEFC (Formação comunitária experimental). Em 1986, o Ministério da Saúde criou a Faculdade de Medicina (FM) no âmbito de uma cooperação entre a Guiné-Bissau e Cuba. O corpo docente era assegurado pelo governo de Cuba e o governo da Holanda financiava a deslocação e subsídios dos professores, a OMS (Organização Mundial da Saúde) assumiu o fornecimento de equipamentos e bolsas de estudo para os estudantes. Na mesma perspectiva, o Ministério da Saúde criou também a Escola Nacional de Saúde (ENS) em 1974. Nos finais dos anos 70/80, num processo que se iniciou concretamente em 1979, o Ministério da Educação criou uma Escola Normal Superior “Tchico Té” que tem a vocação de formar professores de níveis básico e secundário. Em 17 de Fevereiro de 1978 criou a Escola de Formação de Professores para o ensino primário. Em 1984 foi criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) com a finalidade de promover estudos e pesquisas nas áreas de ciências sociais humanas e naturais. Em termos bibliográficos, o instituto conta com uma biblioteca pública (ESTUDO DE VIABILIDADE DA UNIVERSIDADE AMILCAR CABRAL – VOLUME INTRODUÇÃO, 2000, p. 4-7).

A iniciativa de criar estas instituições de ensino demonstra uma vontade política do governo em oferecer os espaços de formação aos cidadãos guineenses. Faz parte de um caminho plausível no processo de construção de um sistema de ensino superior de referência nacional, capaz de contribuir na formação de qualidade dos quadros superiores guineenses.

Apesar destas iniciativas importantes, o governo guineense não soube desenvolver com eficiência a política de manutenção e conservação destas instituições, bem como o fornecimento de equipamentos para estas instituições de ensino. Por exemplo, hoje a Escola Técnica não existe mais, assim como alguns centros de formação criados na época que foram desativados. Nas outras instituições de ensino que permaneceram, o governo precisa desenvolver uma política de investimento com relação à manutenção das infraestruturas, capacitação permanente de professores e pesquisa. Desta forma será possível salvar a existência dessas instituições.

Um dado que chama atenção é o fato de que uma boa parte dessas instituições foi criada mediante uma política de cooperação entre o Estado da Guiné-Bissau com outros países, tais como Cuba e Portugal, a fim de permitir o melhor funcionamento dessas instituições de formação. Isso demonstra, em parte, que quando o Estado não tem condições de se manter sozinho, o funcionamento pleno das instituições de ensino no seu território pode pedir auxílio bilateral de países que tenham mais experiência e professores bem qualificados para fazer funcionar as suas instituições de ensino. Constitui uma iniciativa louvável que permite que o país acumule experiências em termos de gestão das instituições de ensino superior, como também na formação de quadros, permitindo, a longo prazo, que o país possa ganhar sua autonomia em matéria de planejamento e dirigir com qualidade as suas instituições de ensino. Um dos aspectos mais importante neste processo, e que garante a qualidade da cooperação, passa necessariamente pelo cumprimento rigoroso do acordo estabelecido por ambas as partes.

Os cursos instituídos nestas instituições são estratégicos para o país, visto que a Guiné-Bissau veio de uma guerra recente pela sua independência política, e precisaria, portanto, fazer esforços na formação humana dos quadros nacionais, de forma que os mesmos pudessem adquirir conhecimentos técnico-profissionais capazes de ser úteis na racionalização do desenvolvimento do país.

Não obstante, o aproveitamento dos quadros vindo destas instituições deixou muito a desejar. O Estado guineense não conseguiu implantar um plano estratégico de enquadramento desses quadros. Não houve uma proposta salarial a altura de suas formações, seja nas instituições de Estado, seja no setor privado, através de uma parceria público-privado, como forma de gerar emprego e renda, permitindo uma melhoria na qualidade de vida social desses quadros. Avançar nesta perspectiva melhoraria a produtividade institucional, e ajudaria a diminuir pelo menos uma parcela da dependência financeira que marginaliza muito o país face às agências financeira internacionais.

De acordo com Severino Ngoenha (1992, p. 68): “A prioridade africana é hoje lutar pela sobrevivência e contra sua marginalização internacional. Isto pressupõe uma vitória no setor da produtividade e de uma relação positiva com o mercado internacional”.

A semelhança de vários países africanos que têm déficit na produtividade, a Guiné-Bissau precisa melhorar a sua produtividade e canalizar os resultados da produtividade para os investimentos estratégicos do país. A produtividade só pode melhorar num país se o Estado

investe muito na educação, na boa qualidade de formação de seus quadros, na canalização planejada dos recursos para áreas estratégicas como educação, agricultura e outras.

Nesta perspectiva, a institucionalização das universidades joga um papel importante para atender as demandas da formação de quadros técnicos superiores, a racionalização da produtividade e competitividade. Portanto, a iniciativa louvável de instituir uma universidade no país só veio a começar na década de 1990, após a criação de várias faculdades e escolas de formação politécnica. Estas escolas e faculdades que existiram antes permitiram que a institucionalização do ensino superior tivesse uma base, permitindo a abertura e funcionamento da primeira universidade pública do país.

5. Considerações finais

A educação como um todo constitui um dos maiores patrimônios que a humanidade conquistou ao longo da sua existência. Nesta ordem de idéias, o ensino superior representa a continuidade do processo de construção de conhecimentos em diversas esferas, que contemplam aspectos: social, cultural, econômico, político, ambiental e técnico científico.

O ensino superior representa instrumento de poder, controle e resistência. Estas atribuições motivaram diversos países e governos a olharem para o ensino superior como um setor estratégico que tem potencial de contribuir para o desenvolvimento social, cultural, econômico e político de qualquer país.

As diversas experiências de construção de ensino superior em vários continentes e países discutidas neste trabalho revelam um fator que enriquece a qualidade de debate sobre o setor de educação superior, com o potencial de promover intercâmbios de diversos tipos de conhecimentos acadêmicos e culturais.

No entanto, a educação enquanto poder, especialmente no período colonial, foi utilizada para o exercício de poder imperialista com o objetivo de dominar as diversas etnias e culturas pelo mundo, especialmente na África. Isso teve repercussão direta no processo de exclusão das populações locais que estavam resistindo o processo de assimilação à cultura do colonizador.

Por outro lado, este mesmo instrumento de poder serviu como um instrumento determinante para resistir ao processo de efeitos destrutivos contra as culturas locais. Estes

fatores ajudaram a garantir a sobrevivência das estruturas tradicionais e políticas das diversas etnias e culturas que existem na África, especialmente na Guiné-Bissau.

No caso da Guiné-Bissau, tanto antes da independência política como depois, sempre houve a intenção de lideranças políticas em construir um modelo de ensino superior que atenda as necessidades do país. Não obstante, um grande obstáculo que se observou para o desenvolvimento do sistema de ensino superior está ligado a constante crise política e pouco investimento em recursos financeiros e em recursos humanos.

6. Referências

AUGEL, Moema Parente. Desafios de ensino superior na África e no Brasil: a situação do ensino universitário na Guiné-Bissau e a construção da guineidade. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 15, n. 2, p. 137-159, jul./dez., 2009.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HABTE, Aklilu; TESHOME, Wagaw; AJAYI, J. F. Ade Ajayi. Educação e Mudança Social. *In*: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.). **História geral da África, VIII**: África desde 1935. Brasília : UNESCO, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Radar Social**. Brasília, 2005.

MAZRUI, Ali A.; AJAYI, J. F. Ade; BOAHEN, A. Adu; TSHIBANGU, Tshishiku. Educação e Mudança Social. *In*: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.). **História geral da África, VIII**: África desde 1935. Brasília : UNESCO, 2010.

MAZULA, Brazão. Trajetória e Relevâncias das Experiências Acadêmicas e Profissionais de um ex-aluno do Programa PEC-G. *In*: SUCUMA, Arnaldo; FLORES, Elio Chaves (org.). **Caminhos para o Desenvolvimento**: convênios e saberes para o século XXI. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU. **Plano Nacional de Ação – Educação para todos**. Fevereiro de 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU. Universidade Amílcar Cabral - **Educar, Desenvolver e Promover – Introdução** (Estudo de Viabilidade), 2000.

NGOENHA, Severino Elias. **O retorno do bom selvagem**: uma perspectiva filosófica-africana do problema ecológico. Porto: Edições Salesiano, 1992.

SOBRINHO, José Dias. *Avaliação e privatização do ensino superior*. In: TRINDADE, Hélio (Org.). **Universidade em Ruínas na República dos Professores**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TRINDADE, Hélio. Universidade ciência e Estado. In: TRINDADE, Hélio (Org.). **Universidade em Ruínas na República dos Professores**. Petrópolis: Vozes, 1999.

WEBER, Silke. Marcas da Reforma Universitária de 1968 e Novos Desafios para a Universidade Brasileira. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 15, n. 2, p. 121-136, jul.-dez. 2009.

YOUNG, Michael. Para que servem as Escolas?. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.